

A Centelha



JORNAL DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

Donativo Livre

Nº39 • JUNHO/JULHO • 2024

POR UM MOVIMENTO LGBTI+ REVOLUCIONÁRIO

EM SOLIDARIEDADE COM A PALESTINA!

CONTRA A EXTREMA-DIREITA
E O IMPERIALISMO!



O governo de direita mostra ao que vem e ataca os mais oprimidos e a juventude que luta!

É PRECISO CONSTRUIR UMA ESQUERDA COMBATIVA PARA DERROTAR A REACÇÃO!



Após quase uma década de governo PS com austeridade encapotada sobre a classe trabalhadora, desinvestimento massivo nos serviços públicos e de uma crise de habitação sem fim à vista, a direita conseguiu chegar ao poder nas legislativas de março.

Menos de três meses após a tomada de posse do novo governo minoritário da AD, o seu programa político mostra bem ao que vem e o que a juventude e a classe trabalhadora poderão esperar no futuro próximo. O executivo de Luís Montenegro elegeu imediatamente os trabalhadores imigrantes como bode expiatório, copiando o discurso xenófobo e racista da extrema-direita, impondo restrições à imigração.

Por outro lado, os benefícios ao capital e à pequena-burguesia do turismo multiplicam-se. Indo ainda mais longe que o governo PS, a AD vai aumentar os subsídios ao pagamento de rendas, promover o alojamento local, preparar a privatização do SNS e diminuir a carga fiscal sobre quem mais ganha e sobre o capital. Este é o programa da direita.

A direita ataca os trabalhadores imigrantes

Esse programa começou a ser implementado e em tempo recorde, tendo como alvo os trabalhadores imigrantes. Em 24 horas, foi anunciado, aprovado e depois promulgado pelo Presidente da República um novo pacote de medidas para restringir a imigração. A principal medida consiste em acabar com a “manifestação de interesse”, um procedimento que permitia aos imigrantes que estivessem a descontar para a Segurança Social solicitar autorização de residência.

Ainda que com grande burocracia e tempos de espera de vários meses e até anos, este caminho permitia aos imigrantes, já residentes e a trabalhar em Portugal, regularizarem a sua situação. Agora, os novos pedidos e concessão de vistos de trabalho passam a

ter de ser efetuados nos serviços consulares dos países de origem, o que criará várias barreiras à sua entrada e um poder maior para as máfias locais. Além disso, cria na prática uma distinção entre, por exemplo, os imigrantes originários da CPLP e dos países asiáticos — uma atitude que fomenta a xenofobia, racismo e a islamofobia.

Ao contrário das mentiras do governo, estas medidas não acabarão com as redes de tráfico e com a imigração dita “ilegal”. Na verdade, este pacote tem dois objetivos muito claros. O primeiro é deslocalizar para os países de origem a incapacidade de resposta da AIMA, mantida propositadamente com recursos insuficientes, e assim esconder o “problema” dos olhos da sociedade portuguesa. O segundo objetivo será manter na ilegalidade os imigrantes não-CPLP, aumentando a sua situação de super-exploração na agricultura e turismo.

Uma camada importante da pequena-burguesia nas grandes cidades e no campo está a lucrar como nunca antes graças à especulação imobiliária e ao crescimento do turismo, baseado na superexploração dos trabalhadores imigrantes, e também à exploração intensiva da agricultura, com condições de semiescravidão. 44% do trabalho não qualificado na agricultura, pecuária e pesca é realizado por imigrantes e um terço nas cozinhas na indústria hoteleira.

Para melhor explorarem estes imigrantes é necessário mantê-los indefinidamente numa situação de semi-legalidade, sem contratos nem direitos. É preciso que estes mesmos trabalhadores imigrantes não se organizem enquanto classe. E é este o papel político que desempenha a violência de extrema-direita: disciplinar os trabalhadores imigrantes, impedir que se organizem e que exijam os mesmos direitos que os autóctones. Para a classe trabalhadora imigrante, o quotidiano tornou-se um verdadeiro inferno: são super-explorados, atacados por fascistas e habitam em condições sub-humanas.

Este tipo de políticas escancarou as portas à extrema-direita. A suposta direita “democrática” que enche a boca dos valores da liberdade e da democracia, sanciona o racismo e a xenofobia como parte aceitável do regime. Nisso não se enganam: o capitalismo convive muito bem com a extrema-direita e não hesita em utilizá-la contra os trabalhadores e oprimidos.

A violência de extrema-direita é uma ameaça real

A grande vencedora das legislativas de março foi a extrema-direita com a eleição de 50 fascistas para o Parlamento. E, nas ruas, estes resultados têm consequências dramáticas. Os crimes contra imigrantes, que já tinham aumentado 38% em 2023, são cada vez mais comuns, violentos e perpetrados por grupos organizados.

Assassinos condenados, como Mário Machado, continuam a gozar de total impunidade para organizarem marchas neonazis pelas ruas de Lisboa e Porto com escolta e cobertura policial, enquanto manifestações anti-racistas e anti-fascistas são reprimidas violentamente pela mesma polícia. O governo chora lágrimas de crocodilo e não toma qualquer medida.

Esta violência emana igualmente do próprio Estado. À semelhança de outros governos europeus, o plano é retirar os imigrantes sem-abrigo do centro das cidades, como no caso de Lisboa, e interná-los compulsivamente em “centros de acolhimento temporário” — eufemismo para campos de detenção — para que os turistas não os vejam.

Na Assembleia da República, o discurso racista do Chega é normalizado pelo próprio Presidente da AR, o militante do PSD, Aguiar-Branco, sob a capa da liberdade de expressão. Com democratas destes, como é que a extrema-direita não há de sentir-se encorajada e impune para pra-

ticar os seus crimes?

Não pretendemos exagerar a força da reacção mas, no atual contexto, seria um erro ignorá-la. Ainda que as marchas neonazis não ultrapassem a centena de participantes, a extrema-direita não está presente apenas nestas organizações. A polícia e as forças armadas estão infestadas de fascistas que são uma das principais bases sociais da extrema-direita e autores ou cúmplices de crimes de ódio. O aparelho repressivo e de justiça é totalmente conivente com os fascistas.

Estes ataques começam nos trabalhadores imigrantes, mas não terminam aí. Os ataques às pessoas queer e ativistas de esquerda também têm vindo a crescer. Todas as semanas surgem notícias de ataques verbais e físicos. Recentemente, o ex-primeiro-ministro Passos Coelho lançou um livro contra a “ideologia de género”, isto é, contra os direitos das mulheres e das pessoas queer. Sessões de leitura pró-LGBT são interrompidas por grupos de extrema-direita. O movimento estudantil pela Palestina é reprimido violentamente pela polícia a mando dos diretores e reitores das universidades.

O programa do governo da AD é uma bola aos senhores e às camadas intermédias

Devido ao carácter minoritário do governo da AD, nestes primeiros meses o executivo de Montenegro tem avançado com alguns pacotes e medidas para procurar o apoio entre alguns sectores sociais. Do lado da Administração Pública, foi alcançado um acordo para a devolução faseada do tempo de serviço dos professores — recusado pela FENPROF e STOP, mas que poderá colocar um travão à luta dos últimos anos — e também foi alcançado um acordo com uma parte dos funcionários judiciais. As negociações com médicos, enfermeiros, forças armadas, guardas prisionais e polícias continuam.

Alegando falta de oferta na habitação — com cerca de 11 mil prédios devolutos por todo o país — o governo coloca como objetivo aumentar a construção. Com as principais cidades convertidas em autênticos parques temáticos para turistas, a abarrotar de hotéis e alojamentos locais, um dos primeiros pacotes do governo foi orientado para a “defesa e estímulo do alojamento local” e do imobiliário nos segmentos de luxo e hotelaria. Não é a falta de construção que impede os trabalhadores de viverem no centro das cidades. Essa oferta existe, mas é canalizada quase na totalidade para o turismo e para o imobiliário de luxo.

Também foram apresentadas medidas de subsídio estatal das elevadíssimas rendas que os senhores nos cobram, novas garantias públicas ao crédito para a compra de primeira habitação e a isenção do IMT para jovens até aos 35 anos foram anunciadas.

No entanto, devido aos baixos salários e aos preços exorbitantes da habitação, nem com estas ajudas a grande maioria da classe trabalhadora será capaz de comprar casa ou arrendar nas grandes cidades. No fim de contas, estas medidas não atacam o raiz do problema que é a especulação imobiliária.

É necessária uma política de habitação pública que imponha um controlo democrático das rendas e uma nacionalização da Banca para controlar nacionalmente a atribuição do crédito à habitação. Sem um controlo democrático, os abutres que vivem do nosso suor vão continuar a despejar-nos para fazer alojamentos locais e a aumentar as rendas a seu bel-prazer. Para uma percentagem cada vez maior de trabalhadores, as únicas soluções são partilhar casa, ir viver para cada vez mais longe ou ir parar à rua e à miséria.

É preciso construir uma esquerda revolucionária e combativa para lutar contra a reacção!

As políticas de austeridade da esquerda social-democrata e a cumplicidade e bancarrota da esquerda reformista teriam, necessariamente, que ter consequências para estas organizações, quer a nível nacional quer a nível europeu.

Para o PS, as suas políticas a favor do grande capital e contra a maioria dos trabalhadores, além dos casos de corrupção do anterior governo, pavimentaram o caminho para a ascensão da direita e da extrema-direita. É bom recordar que foi precisamente durante os governos do PS que a escravidão de imigrantes na agricultura se desenvolveu no nosso país e que milhões de pessoas foram afetadas pela crise da habitação.

Para a esquerda reformista, que tem atuado como garante da paz social, as consequências são um colecionador de derrotas eleitorais e, mais grave ainda, a perda total da autoridade política entre vastos sectores da nossa classe, sobretudo entre a juventude. As eleições europeias foram a sua mais recente derrota.

Vale a pena perguntar porque é que isto acontece. Será que a sociedade e a “opinião pública” estão de facto a virar à extrema-direita? Será que o povo é burro e incapaz de perceber as mentiras e a demagogia dos fascistas? Porque razão é que os jovens passaram a votar à direita? A culpa é das redes sociais e das fake news?

Estes e outros argumentos costumam ser atirados ao ar de cada vez que há uma eleição e a esquerda reformista é derrotada. Para nós, comunistas revolucionários, as razões são outras e têm origem na luta de classes.

Não negamos que existem várias camadas da pequena-burguesia e inclusivamente da classe trabalhadora que estão a virar à extrema-direita fruto da decomposição social e do descrédito no regime democrático burguês. Vários sectores que gozavam de um certo prestígio social e dos privilégios a ele associados começaram a perdê-los com

a Crise de 2008 e muitos entraram num processo de proletarianização e de aproximação às condições de vida precárias da classe trabalhadora. Entre estas camadas existe um sentimento de querer voltar ao passado glório que é explorado pela extrema-direita.

Também existem aquelas camadas da pequena-burguesia que enriqueceram com a mão-de-obra imigrante e semi-legal e, sem a qual, estariam condenados à proletarianização mencionada no parágrafo anterior. Estas camadas, normalmente ligadas ao turismo, restauração e agricultura, viraram ainda mais furiosamente à extrema-direita e constituem uma base social sólida e fonte de financiamento de partidos como o Chega.

Mas isto é apenas metade da história. Na última década, os movimentos feminista, anti-racista e LGBT têm dados passos em frente. Mais recentemente, temos visto o movimento pelo clima e contra o genocídio em Gaza a mostrar a sua determinação e combatividade. Além disso, como é que é possível afirmar inequivocamente que a sociedade, no geral, está a virar à extrema-direita quando este ano assistimos a quase 1 milhão de pessoas a comemorar o 50º aniversário da Revolução Portuguesa?

Com a decadência do capitalismo, em particular do capitalismo ocidental, o fenómeno de polarização social é mais do que compreensível. E, por isso, cabe contrapor o argumento da viragem à extrema-direita da juventude. Na realidade, a juventude está a polarizar fortemente quer à direita quer à esquerda. O que acontece é que enquanto à direita encontram uma alternativa eleitoral e organizativa onde se expressar, à esquerda estão órfãos dessa alternativa.

Com que olhos é que a juventude radicalizada e que entra agora na luta vê esta esquerda do regime, cujo objetivo é ocupar um lugarzinho no Parlamento e gerir melhor o capitalismo? A mesma esquerda que defende a polícia que reprime brutalmente o movimento. E que serve de muleta ao PS durante anos e deixa vários sectores profissionais completamente abandonados à sua sorte, como aconteceu no passado com os trabalhadores da Autoeuropa, com os motoristas de matérias perigosas e mais recentemente com enfermeiros e professores.

Porque razão a classe trabalhadora deveria votar nesta esquerda que a única coisa que tem para lhes oferecer são discursos bonitos no Parlamento?

Para nós, comunistas revolucionários, uma organização verdadeiramente de esquerda tem de ser uma organização de combate. Sabemos que a força e a vontade de luta da juventude e da classe trabalhadora não se limitam, nem pouco mais ou menos, ao voto eleitoral. E por isso a esquerda tem de estar onde está a classe trabalhadora e a juventude em luta: nas greves, nos protestos e ocupações contra o genocídio em Gaza, no movimento feminista, anti-racista e LGBT. Tem de estar nas ruas a lutar e a mobilizar contra a extrema-direita.

Uma esquerda consistente que luta com os métodos da greve, da ocupação e da manifestação de massas por salários dignos, habitação, saúde e educação públicas, gratuitas e de qualidade, por direitos plenos para imigrantes, mulheres e pessoas queer, por uma solução para a catástrofe ambiental.

E a maioria da população compreende bem que esta esquerda do regime não é ca-

paz de cumprir essa tarefa. Aliás, a classe trabalhadora e a juventude tiram todos os dias, do seu quotidiano, a conclusão e as consequências da política desmobilizadora e de colaboração de classes da esquerda reformista e das burocracias sindicais. Quem não tira conclusões nem aprende dos seus erros são precisamente estas direcções que, perante a ameaça da extrema-direita, insistem em defender um sistema que só traz miséria e guerra para a maioria da população.

A perda de credibilidade e autoridade política do BE e do PCP é praticamente total. Por estas razões, os trabalhadores deixaram de votar nestes partidos e preferem utilizar a força do seu voto útil no PS, não porque acreditem no seu programa, mas porque acreditam que é a melhor forma de travar a direita e a extrema-direita.

Mais além das eleições burguesas, que são incapazes de mostrar a verdadeira dinâmica da luta de classes. É necessário estarmos organizados no nosso local de trabalho ou estudo, intervir por exemplo no movimento contra o genocídio na Palestina, alargando o seu raio de acção e a sua capacidade de mobilização. Mas também nos movimentos anti-racista, LGBT, feminista ou estudantil.

Para isso, é preciso construir uma organização que rompa com esta lógica de colaboração de classes e subserviência a este regime. É a essa tarefa que os comunistas revolucionários organizados na Esquerda Revolucionária se propõem. Para derrubar o capitalismo e construir uma sociedade sem exploração nem opressão.

Junta-te a nós!





ELEIÇÕES EUROPEIAS.

Um avanço retumbante da extrema-direita e um fracasso para a esquerda do sistema.

Comité Executivo da Esquerda Revolucionária

Os resultados das eleições europeias confirmaram o avanço da extrema-direita e do nacionalismo reacionário, racista e populista, ao mesmo tempo que se aprofunda o descalabro de uma social-democracia amarrada de pés e mãos à austeridade, aos cortes sociais e ao militarismo.

A vitória do Partido Popular Europeu, com 25,83% dos votos e 186 lugares, apenas mais quatro do que em 2019, contrasta com a progressão exponencial das formações ultra que, nas suas diferentes variantes, obtêm cerca de 175 lugares, mais 45 do que em 2019, e 24,3% dos votos contra 18,4% nas últimas eleições. Estes dados mostram uma tendência clara: a extrema-direita alimenta-se do espaço tradicional dos partidos conservadores e mostra, antes de mais, a viragem para a reação de amplas camadas das classes médias.

Os chamados partidos centristas e liberais (Renovar a Europa) passaram de 14,38% para 10,97% dos votos e perderam 29 lugares, passando de 108 em 2019 para 79 em 2024. A social-democracia (S&D) perde 19 lugares, passando de 154 para 135, e cai de 20,51% para 18,75%. Este revés coloca-os muito atrás das forças de direita e confirma a sua profunda crise. Os Verdes, o grupo encabeçado pelos seus homólogos alemães, investidos do mais fanático sionismo e pró-NATO, também sofreram uma grave revés: de 74 para 53 lugares, menos 21, e de 9,85% para 7,36%. Por último, o grupo da Esquerda Europeia,

que inclui Bloco de Esquerda, PCP, Podemos e a França Insubmissa, caiu 5 lugares, de 41 para 36, obtendo apenas 5% dos votos. No total, a social-democracia, os Verdes e a Esquerda perderam 45 lugares.

Portugal: vitória pírrica do PS e consolidação da extrema-direita

Os resultados em Portugal apresentaram algumas nuances. Apesar da direita e extrema-direita alcançarem a maioria e mais 1 milhão de votos face a 2019, caem 3 pontos percentuais face às legislativas de março. O PS fica em primeiro lugar e a esquerda reformista é, mais uma vez, duramente penalizada. Tal como nas eleições legislativas de março houve um aumento da participação eleitoral com mais 632 mil eleitores a irem às urnas, embora a abstenção continue muito elevada: 63%.

Relativamente aos resultados globais, a direita tradicional — PSD, CDS e PPM, coligados na AD — os liberais e a extrema-direita — IL, Chega e ADN — elegem, no seu conjunto, 11 eurodeputados e conseguem alcançar 2.026.075 votos, 51,35% do total. Já a esquerda — PS, BE, CDU, Livre e PAN — elege 10 eurodeputados, totalizando 1.792.767 votos e 45,43%.

Há cinco anos a esquerda obteve 14 eurodeputados e 1.889.093 votos, representando 57% do total, contra 1.072.699 votos (32,36%) e 7 eurodeputados da direita. Assim, no seu conjunto, a direita cresce 19 pontos percentuais e arrecada mais 1 milhão de votos. Por seu lado, a esquerda volta a cair, obtendo menos 96 mil sufrágios, o

que equivale a uma queda de 12 pontos percentuais.

Tal como nas legislativas de março, o crescimento da direita é feito sobretudo à custa da extrema-direita. O Chega e a IL, que em 2019 não estavam no Parlamento Europeu, alcançaram agora 2 eurodeputados cada um, representando assim 2/3 do crescimento à direita. Contrariamente às expectativas e sondagens, a campanha do Chega não foi capaz de mobilizar as suas bases para estas eleições, tendo obtido 9,79% — uma queda de quase 50% face às legislativas de março. A IL obteve 9,07%, mais 4 pontos percentuais, fruto de uma agressiva campanha anti-esquerda. Não nos parece, ao contrário do que a comunicação social se apressou a concluir, que estes resultados representem uma inversão para o Chega ou uma contenção da extrema-direita. A sua ameaça continua a ser uma realidade.

Já a AD, quando comparada com 2019 em que concorreu separada — PSD, CDS e o extinto Aliança —, obteve os mesmos 7 eurodeputados, 1.227.826 votos (31,12%) e um aumento de votação na ordem dos 250 mil votos, ficando atrás do PS por apenas 38 mil votos e obtendo menos 1 eurodeputado. Montenegro bem tentou “pisar o olho” às camadas intermédias com algumas medidas ou com a aprovação do novo pacote racista anti-imigração, mas nem isso salvou a AD que é também uma das derrotadas.

À esquerda, o PS cantou vitória, mas esta é uma vitória de Pirro. O Partido Socialista alcança 1.266.337 votos (32,09%), perde 1 eurodeputado face a 2019, embora aumen-

tando marginalmente a sua votação com mais 160 mil votos. Difícilmente se poderá considerar uma vitória convincente para a direcção de Pedro Nuno Santos, apesar do primeiro lugar e do aumento de 3,4 pontos percentuais face a março, concentrando em si a subida operada à esquerda.

A esquerda reformista e o PAN continuam o seu caminho de derrotas. A votação nestes quatro partidos não ultrapassou os 526 mil votos, cerca de 13%, a mesma percentagem obtida em março. Face a 2019, BE, CDU, PAN e Livre perdem 256 mil votos, o que, num contexto de aumento de participação eleitoral, se torna ainda mais revelador. O Bloco de Esquerda, que celebrou euforicamente a eleição de Catarina Martins, perde 1 eurodeputado e 50% dos votos, ficando com 4,25%. A CDU perde igualmente 1 eurodeputado e obtém 4,12%. A reorganização do voto à esquerda, que já tinha beneficiado o Livre nas últimas legislativas, volta a acontecer, conseguindo mais 87 mil votos e 3,75%, mas desta vez aquém da eleição de um mandato. O PAN não vai além de 1,22% e sai do Parlamento Europeu.

Os comunistas não podem encarar estes dados com ligeireza

É verdade que as taxas de abstenção foram muito elevadas em alguns países, mas isso não significa que a vitória da extrema-direita deva ser encarada com ligeireza. Para além de ser um sintoma agudo da decomposição da democracia burguesa, é a prova de que a reação extremista, neofascista, racista e apoiada por

sectores crescentes do aparelho repressivo do Estado, não pode ser combatida com os métodos do parlamentarismo capitalista, mas com uma política revolucionária baseada na mobilização das massas.

Em França, a extrema-direita arrasa. Le Pen vence com 31,37% dos votos, duplicando o partido de Macron. Se acrescentarmos o partido ainda mais reacionário de Zemmour, La France Fièvre, cuja candidata, Marion Maréchal, é sobrinha de Le Pen, a extrema-direita obtém 37%. Uma derrota absoluta para Macron, que o obrigou a convocar imediatamente eleições legislativas.

Em Itália, Georgia Meloni melhorou os seus resultados relativamente às eleições gerais de 2022, alcançando 28,77% dos votos, em comparação com 26%. Juntamente com a Lega Nord, o outro partido de extrema-direita que também faz parte do governo, tem mais de 37% dos votos.

Na Alemanha, onde a CDU venceu com 30%, a AfD, de extrema-direita, ficou em segundo lugar. E tudo isto com uma taxa de participação de 64,8%, a mais elevada numa eleição europeia desde a reunificação. A AfD obteve 15,9% dos votos e 15 deputados, batendo o SPD por dois pontos percentuais, enquanto os três partidos no governo mal chegaram aos 31%. Esta vitória é ainda mais retumbante no Leste, onde foi a principal força em três dos seus cinco Estados, tendo obtido 28,1% dos votos no Estado da Saxónia-Anhalt. Este ataque da direita ao governo social-democrata de Scholz colocou a sua continuidade em causa.

A estes resultados juntam-se os da Hungria, com mais de 50% dos votos para o Fidesz de Orbán e para o Movimento Nossa Pátria, uma formação ainda mais ultradireitista; os da Polónia, onde a extrema-direita, dividida em dois partidos, obteve 48,28%; os dos Países Baixos, onde as diferentes candidaturas de extrema-direita atingiram mais de 30%; ou na Bélgica, onde a ascensão da reação, incluindo formações nacionalistas supremacistas de origem neofascista na Flandres, obrigou o primeiro-ministro liberal a demitir-se.

Como explicámos na nossa declaração eleitoral, o crescimento da extrema-direita, em todas as suas variantes, é diretamente proporcional à crise que aflige o capitalismo

europeu e ao declínio do seu papel na cena internacional, face ao impulso da China e à agressividade crescente de um imperialismo estado-unidense em declínio. O “projeto europeu”, assente em bases capitalistas, tornou-se um aborto político e a aliança entre conservadores, liberais e sociais-democratas não impediu a sua explosão. A sua defesa intransigente do programa de austeridade permanente, da precariedade e dos baixos salários, da xenofobia e do racismo institucional, das leis repressivas e paronapartistas e do discurso nacionalista e militarista deu asas à extrema-direita.

Os paralelos com a década de 1930 são óbvios. Sim, a extrema-direita ganhou músculo na arena eleitoral. E para os ditos “teóricos” marxistas, que passam o dia a perorar que não existem falanges de choque fascistas nem grandes grupos paramilitares, convém chamar-lhes à atenção para olharem mais de perto para as forças policiais de todos os Estados, para observarem o seu comportamento selvagem e as suas ligações estreitas com estas formações de extrema-direita.

A possibilidade de ditaduras fascistas ilegalizarem a social-democracia, os partidos mais à esquerda ou os sindicatos não é uma perspetiva a curto prazo. Mas isso não significa que as liberdades democráticas não estejam a ser atacadas e que sectores da classe dominante não se inclinam para estas formações, face à perspetiva global que se está a desenvolver. O equilíbrio capitalista rompeu-se em muitos pontos e o cenário é dominado por uma luta de classes feroz em que a burguesia actua com determinação.

O genocídio palestino em Gaza às mãos de um governo sionista, supremacista e neofascista, a repressão brutal do movimento de solidariedade em Itália, na Alemanha ou em França, ou o apoio ao governo de Zelenski com a escalada militarista que o acompanha são a melhor prova do que estamos a dizer. O mesmo se passa com o projeto “Fortaleza Europa”, com o seu infame pacto sobre a imigração e asilo, que cria campos de concentração onde os migrantes não têm quaisquer direitos e que fornece fundos públicos multimilionários a regimes ditatoriais e corruptos para internarem dezenas de milhares de refugiados ou os expulsarem para o deserto, condenando-os à morte... Com estas políticas, como pode

a extrema-direita não avançar?

É óbvio que as formações de extrema-direita, que defendem um nacionalismo identitário para recuperar o glorioso passado nacional, estão a enfrentar o declínio irreversível do continente europeu e das suas principais potências, a França e a Alemanha. Uma realidade que levou algumas destas formações, Le Pen em França e AfD na Alemanha, a apresentarem-se como os principais defensores da paz na Ucrânia face ao militarismo dos conservadores e dos sociais-democratas. Este discurso nacionalista, que denuncia a submissão ao amo norte-americano, também contribuiu para o seu reforço nas urnas.

Após os resultados eleitorais, a cabeça visível do PPE, Ursula von der Leyen, propôs transformar o continente num “bastião contra os extremos da direita e da esquerda”. Que cinismo! A mesma mulher que era a favor de acordos com Meloni, apresenta-se agora como uma garantia de moderação. O pior é que este apelo demagógico foi acolhido com entusiasmo pelos sociais-democratas europeus, por exemplo o espanhol Pedro Sánchez. Ou será que a solução para enfrentar a extrema-direita é aliar-se à direita que pactua e governa com a extrema-direita em muitos países europeus?

Levantar uma esquerda combativa! Tomar as ruas contra a paz social!

Estas eleições europeias tiveram lugar num contexto de grave crise da esquerda parlamentar e, especialmente, da nova esquerda reformista que emergiu no calor da Grande Recessão de 2008. Podemos ou Syriza, mas também o BE e PCP, o Die Linke ou a França Insubmissa gozaram de um apoio popular muito significativo e tiveram nas suas mãos a possibilidade de promover uma saída socialista e revolucionária para transformar a Europa e evitar o pesadelo que estamos a viver agora. No entanto, quando chegou a altura, a sua única alternativa foi aplicar políticas capitalistas, ou branqueá-las, fazer um pacto com a social-democracia, submeter-se à estratégia da burocracia sindical e defender a paz social.

Estas eleições europeias vieram mais uma vez certificar as profundas contradições e a falta de credibilidade que atravessam todas estas organizações. As posições po-

líticas e métodos de combate de BE e PCP perante o avanço da extrema-direita não nos defendem, não defendem os imigrantes, as pessoas LGBT, as mulheres ou os ativistas de esquerda. Como é que a juventude combativa, que é brutalmente reprimida pela polícia, irá votar em dois partidos que defendem o aumento das suas regalias? Insistir na “luta cultural” e na batalha ideológica contra a extrema-direita, mas não reconhecer o fracasso total da geringonça e o facto de que, com os seus votos, legitimaram políticas prejudiciais à maioria trabalhadora, é uma contradição insuperável.

A consciência de classe, a consciência socialista, não nasce apenas dos discursos. Nasce da experiência da ação e do papel que as organizações da classe trabalhadora desempenham na luta contra o capital. Esta nova esquerda reformista, que renunciou ao socialismo, ao marxismo revolucionário, que opera apenas nas redes sociais e que aspira como objetivo estratégico a uma posição parlamentar e governamental, não será capaz de conter a extrema-direita. E também não conseguirá impedir que a sua demagogia reacionária penetre entre sectores de trabalhadores e jovens desmoralizados e frustrados com a sua realidade quotidiana, por mais podcasts que queiram criar, se renunciarem à luta de massas com um programa revolucionário.

O avanço destas organizações reacionárias não vai ser travado por apelos abstractos à democracia ou por apelos a uma “Europa de paz” que nunca existiu nem existirá. A UE não foi fundada como um projeto progressista de liberdades, de paz e de amizade entre os povos, mas como uma tentativa do imperialismo europeu de competir mais eficazmente pelo controlo dos mercados, das zonas de influência e de explorar da forma mais lucrativa os trabalhadores do continente. A UE é sinónimo de neoliberalismo, NATO e opressão imperialista.

Perante uma esquerda incapaz de apresentar uma alternativa coerente contra a extrema-direita e o capitalismo, temos de nos erguer e não nos resignar. A desmoralização ou o ceticismo, tão bem semeados pelos doutores desta esquerda submissa e rendida, não nos impedirão de compreender a profundidade do que está a acontecer.



FRANÇA: A luta de classes numa fase explosiva



Esquerda Revolucionária Internacional

As eleições europeias desencadearam um terramoto político em França. Após a vitória retumbante da extrema-direita de Le Pen, Rassemblement National (RN), e o fracasso da candidatura de Macron, o presidente dissolveu imediatamente a Assembleia Nacional, convocando eleições legislativas para 30 de junho e 7 de julho. As próximas eleições abrirão certamente uma nova fase explosiva da luta de classes em França.

Nós, comunistas revolucionários, não podemos encarar estes resultados de ânimo leve. Pelo contrário. O debate sobre que programa e que estratégia precisamos para derrotar a extrema-direita e criar as condições para derrubar o decrépito capitalismo francês volta a colocar-se com uma urgência evidente.

As forças motrizes do cenário atual

A situação em França apresenta paralelos importantes com a década de 1930: amplos sectores das classes médias estão a voltar-se para a extrema-direita, enquanto as formações da direita tradicional, o gaullismo e o centrismo decompõem-se a um ritmo acelerado. A classe trabalhadora e a juventude mostraram sob a presidência macronista a sua força e potencial para varrer o sistema, mas as suas direções políticas e sindicais seguiram o caminho de diluir o movimento e aprisioná-lo a negociações estérteis, gerando confusão e frustração.

O declínio do imperialismo francês é um facto inquestionável. A perda acelerada dos seus mercados e áreas de influência política em África, reflexo da mudança na correlação de forças à escala global, levou Macron a uma política externa errática, tentando manter distância de Washington e depois curvando-se aos seus ditames na guerra na Ucrânia, criticando a NATO e tornando-se depois o campeão do militarismo

mais agressivo, tentando diminuir a tensão com a China para depois intensificá-la, ou ceder em toda a linha ao sionismo genocida e reprimir o movimento de solidariedade com o povo palestino.

A França já não é a potência económica de outrora. Salários em queda livre, exploração implacável do trabalho imigrante, precariedade, especulação imobiliária, desigualdade crescente... facilitam o crescimento do RN à custa do colapso da direita oficial e conservadora. Mas a esquerda parlamentar e governamental tem sido incapaz de desmontar, com ações, a demagogia nacionalista e racista destes reacionários, e que continua a permeiar sectores atrasados e desmoralizados dos trabalhadores.

Tal como no Estado espanhol, Alemanha ou Itália, Le Pen tem um apoio muito sólido entre as centenas de milhares de funcionários públicos, nos diferentes níveis de funcionários na administração central e nas regiões, no aparelho político e militar, no poder judicial, entre agricultores e pecuaristas, que são um apoio muito sólido. Le Pen participa há anos em todas as importantes feiras agrícolas.

Sim, o resultado do Rassemblement National de Le Pen foi tremendo: ultrapassa os 7 milhões e meio de votos, alcançando 31,37% e 30 eurodeputados. Mais 2,5 milhões de votos do que em 2019, um aumento de 8 pontos percentuais e mais 7 lugares. Por outro lado, a candidatura ainda mais à extrema-direita de Reconquète, o partido de Zemmour, entra com força no Parlamento de Bruxelas. Ultrapassa 1,3 milhões de votos, 5,5% e obtém 5 parlamentares. A soma dos votos de ambas as formações aproxima-se dos 37% dos votos e alcança 35 deputados de um total de 81. Trata-se de um aviso muito sério aos trabalhadores e à juventude e seria um erro gravíssimo ignorá-lo.

A lista endossada pelo presidente Ma-

cron, e liderada por Valérie Hayer, sofre uma derrota monumental. Passam de mais de 5 milhões de votos para pouco mais de 3 milhões e meio, ficando-se pelos 14,6% e 13 deputados. Em 2019, ganharam 23. É o pior resultado desde a fundação do seu partido, em 2016. Em nenhuma das eleições, desde então, tinham ficado abaixo dos 22% dos votos.

Enquanto tudo isto acontece, os dirigentes da esquerda reformista têm apelado continuamente à confiança nas instituições republicanas e europeias, e a apresentar a “democracia” burguesa como antídoto contra os ultras. É claro que a fórmula não tem funcionado.

Pouco mais de um ano depois da insurreição de trabalhadores que deixou Macron por um fio, La France Insoumise (FI) está estagnada. Obteve 2.448.711 votos (9,9%), o que representa um avanço em relação a 2019, devido, em parte, ao aumento do voto jovem que os apoia devido ao seu empenho na causa palestina e contra o genocídio em Gaza. Estes números, no entanto, estão longe dos colhos nas eleições presidenciais de 2022, quando Jean-Luc Mélenchon foi a terceira força, com mais de 7 milhões de votos e 21,95%.

O facto de que a FI se tenha curvado à burocracia sindical na fase decisiva da luta contra a reforma das pensões ou as concessões ao programa social-liberal do PSF e dos Verdes no seio do NUPES (a candidatura da esquerda parlamentar formada para concorrer às eleições legislativas de junho de 2022) são fatores que fizeram diminuir o seu perfil combativo e deram oxigénio a um PSF moribundo. Nestas eleições, a coligação dos socialistas com o grupo Place Publique recupera o terceiro lugar obtendo 13 deputados e 13,83% dos votos.

A candidatura dos Verdes sofre um duro golpe. A sua política eleitoral e a sua renú-

cia a um ambientalismo combativo e anti-capitalista conduziram-nos a este colapso. Passa de terceira força no país em 2019 (13 cadeiras, 13,48% e mais de 3 milhões de votos) para sexta, com 5 deputados e pouco mais de 5% dos votos.

Quanto ao Partido Comunista Francês, os seus resultados são um castigo pela sua política submissa em relação à burocracia sindical e ao PSF, pelo abandono de qualquer elemento marxista ou comunista no seu programa e pela sua atitude extremamente hostil em relação à FI. Obtém apenas 2,36% dos votos e nenhum eurodeputado.

Que conclusões se podem retirar destes factos? Em primeiro lugar, aqueles que atualmente apelam à defesa das instituições republicanas para combater a extrema-direita, esquecem que foram essas mesmas instituições, políticos, juizes, comandantes militares e polícias, juntamente com o grosso da classe capitalista, que tudo fizeram para esmagar os desejos revolucionários dos trabalhadores e acabaram por entregar o país aos nazis e criar um regime colaboracionista e fascista como o de Vichy.

Em segundo lugar, que agitar a bandeira de um “antifascismo parlamentar”, desprovido de conteúdo anticapitalista, que renuncie à luta de massas e a um programa revolucionário, só pode funcionar como um engodo de curto prazo. Para derrotar a reação, é preciso que haja uma viragem radical e um programa de combate consequente.

Perspetivas eleitorais. A nova Frente Popular

Após a dissolução da Assembleia Nacional, os líderes do RN foram muito claros e contundentes: estão dispostos a ganhar as eleições legislativas e preparam-se para tomar o poder e forçar Macron a lidar com eles até às próximas eleições presidenciais, em 2027.

A campanha sistemática de branqueamento do RN pela comunicação social capitalista, o elogio de sectores da patronal ao seu programa empresarial, a sua constante identificação com Meloni, a decisão de Le Pen de romper com os elementos neonazis da AfD... são sintomas inconfundíveis. Não há dúvida de que setores importantes da burguesia francesa se preparam para um possível governo de extrema-direita, vendo as escassas possibilidades dos candidatos macronistas. Porque não? Ursula von der Leyen não insistiu na possibilidade de fazer um pacto com Meloni e Le Pen no Parlamento Europeu? O Chega não foi aceite como parceiro de coligação no governo da Região Autónoma dos Açores?

Estas divisões entre os líderes da direita tradicional francesa refletem também muito bem a situação no seio da classe dominante e as vacilações que estão a ocorrer em torno da possibilidade de colocar a extrema-direita à frente de um governo, as consequências que isso teria para a luta de classes e a dificuldade que isso implicaria na manutenção da paz social.

Desde a noite das eleições, milhares de jovens e trabalhadores têm-se mobilizado por toda a França contra a extrema-direita. Mobilizações em muitos casos espontâneas, como as da Place de la République, em Paris, e que mostram o descontentamento e raiva crescentes.

Esta potencial situação de rebelião social poderá prolongar-se e aprofundar-se caso Bardella vença as eleições legislativas e se torne o novo primeiro-ministro, facto que não pode ser descartado. Um governo sob o mandato do RN seria um pesadelo para o movimento dos trabalhadores, para a juventude ou para o movimento LGBTI desde o dia da sua constituição e milhares de ativistas e sindicalistas estão bem cientes disso e começaram a sair à rua contra essa possibilidade.

Esta é precisamente a forma de enfrentar a ascensão da extrema-direita: mobilização popular, greves em fábricas e empresas, ocupação de escolas secundárias e faculdades.

Nos últimos 15 anos (que coincidem com a ascensão de Le Pen), a direita agrupada em torno da UMP e agora d’Os Republicanos perdeu 3,1 milhões de votos, mais de 20 pontos percentuais e 23 lugares no

Parlamento Europeu. De facto, após os resultados eleitorais, os republicanos implodiram e, na prática, houve uma cisão. Uma divisão que levou os sectores mais radicalizados à direita a decidirem concorrer com Le Pen nas próximas eleições legislativas.

Esta perspectiva não é um sonho utópico. A pressão vinda de baixo é tão forte que as direções do FI, PSF, PCF, NPA e Verdes anunciaram um pacto eleitoral para derrotar a extrema-direita, a Nova Frente Popular. O nome escolhido não é acidental: trata-se de evocar o triunfo da esquerda, então aliada ao Partido Radical “liberal”, nas eleições de 3 de maio de 1936. Eleições que deram o governo ao líder socialista León Blum e que abriram uma crise revolucionária em todo o país com um movimento grevista e ocupações de fábricas que poderiam ter posto fim ao capitalismo.

É evidente que a campanha eleitoral vai ser feroz, com as sondagens a mostrarem uma polarização muito forte em torno das candidaturas do RN e do FP. Mas o gesto de proclamar a unidade eleitoral das forças parlamentares de esquerda não é válido por si só. Que programa, que estratégia utilizará a FP para combater a extrema-direita?

Seria uma estupidez sectária se os comunistas revolucionários não agissem de forma consistente para varrer a extrema-direita nas urnas e nas ruas. Que não apoiássemos criticamente o voto na Frente Popular nas urnas. Seria um ultra-esquerdismo de manual. Mas o voto não é suficiente. O mais importante é a ação e a política para confrontar Le Pen e a burguesia francesa que criou as condições para que estes reacionários de extrema-direita chegassem ao poder. E não serão as políticas falhadas da social-democracia que os vão travar e derrotar.

A nossa proposta não é contar com o cretinismo parlamentar, mas com a luta de classes para avançar na organização, consciência e combatividade dos trabalhadores

de da juventude. A mobilização deve ser ampliada e dotada de um programa de rutura com o capitalismo.

Um programa baseado no antifascismo militante e apontando como as políticas de Macron levaram a esta situação. Um programa que defenda a nacionalização dos bancos e monopólios sob o controlo democrático da classe trabalhadora, que proponha sem hesitação expropriar a oligarquia financeira — esse 1% da população que impõe a sua ditadura implacável à maioria da sociedade — para empreender de imediato um plano de choque que crie milhões de empregos dignos, com bons salários, que permita o acesso a habitação pública digna e a preços acessíveis, que reduza a idade da reforma e aumente drasticamente os recursos destinados à educação e à saúde pública.

Um programa para depurar o aparelho de Estado de cima a baixo e acabar com os elementos fascistas na polícia, nos tribunais ou no exército, para pôr fim ao imperialismo francês, para garantir a independência da Nova Caledónia e o apoio ao povo palestino com o fim das relações económicas, militares e diplomáticas com o Estado sionista de Israel.

A base de ação da nova Frente Popular deve ser a mobilização nas ruas. Temos de regressar ao espírito de luta da batalha contra a reforma das pensões, ou dos jovens dos subúrbios parisienses. O próximo passo deve ser lançar a formação de comités de ação antifascista em todas as empresas, fábricas, bairros, institutos e faculdades para organizar manifestações e greves de estudantes e trabalhadores que preparem uma greve geral massiva e contundente contra a extrema-direita.

Só um tal programa e estratégia será capaz de impedir a chegada de um ultrareacionário como Bardella ao palácio de Matignon.





OCUPAÇÕES PELA PALESTINA A JUVENTUDE CONTRA O GENOCÍDIO SIONISTA!

Desde 7 de maio, começaram a levantar-se, em várias universidades portuguesas, ocupações e acampamentos estudantis dentro dos campus universitários, em solidariedade com a Palestina e exigindo ação decisiva por parte das administrações universitárias contra o genocídio em curso na Palestina, exercido pelo Estado de Israel.

Este movimento, que começou em Lisboa, mas que rapidamente se espalhou para outros pontos do país, com ocupações sendo levadas a cabo na Universidade do Porto, na Universidade de Coimbra e na Universidade do Minho, é inspirado no movimento de ocupações universitárias que começou nos Estados Unidos e rapidamente se espalhou pelo mundo, numa maré de solidariedade com o povo palestino.

As ocupações estudantis têm sido uma lufada de ar fresco nos pulmões do movimento estudantil em Portugal. Nas suas assembleias, nos seus espaços de discussão, grandes avanços foram feitos. Agora que, com o fim dos exames, a atividade nas universidades vai abrindo, é altura de nos prepararmos para resistir à tendência de um completo abandono das ocupações, e manter os laços organizativos que foram formados, para que, no próximo semestre, se possa construir sobre o que já se alcançou.

O movimento estudantil internacional pela Palestina

A ligação orgânica entre o movimento estudantil internacional e a Palestina remonta aos tempos da Primeira Intifada (1987-1993), quando se forma o grupo Estudantes Pela Justiça na Palestina no campus da Universidade de Berkeley, na Califórnia. Ao longo de três décadas, esta organização tem vindo a espalhar-se entre estudantes de todo o mundo, ainda que só mantenha atividades firmes durante os momentos de deflagração no conflito.

E de facto, desde outubro de 2023, o movimento tem-se vindo a reerguer, começando imediatamente a seguir à invasão israelita da Faixa de Gaza, com protestos estudantis nas universidades estado-unidenses liderados pelos Estudantes Pela Justiça na Palestina, e pelas Vozes Judaicas Pela Paz. Esses protestos foram violentamente reprimidos pelas forças policiais, e denunciados hipocritamente como antisemitas pelas administrações escolares, com estudantes sendo frequentemente detidos ou suspensos por organizarem e participarem nestes. Foi nesse contexto de repressão que, como método de defesa, os estudantes avançaram de protestos para ocupações: para colocar uma maior pressão sobre as administrações das suas universidades e impedirem uma

maior violência sobre si mesmos.

Foi a 17 de abril que o primeiro acampamento estudantil pela Palestina se ergueu, na Universidade de Columbia, em Nova Iorque. Que tenha sido esta a cidade pioneira não é coincidência. Nova Iorque é a cidade no mundo com maior população judaica, com 1.6 milhões de judeus, e na qual o judaísmo antissionista é particularmente prevalente. O contributo dos estudantes judaicos anti-sionistas para dinamizar e legitimar estes protestos foi fundamental.

Ao longo das semanas seguintes, os acampamentos espalharam-se, primeiro por várias universidades estado-unidenses, e rapidamente atravessando fronteiras e oceanos para se tornar um fenómeno global.

Este movimento internacional demonstrou ser perigosíssimo para os Estados ocidentais que apoiam o genocídio, por desmascarar a sua propaganda sionista e hipocrisia mas principalmente por criar polos progressistas de discussão e construção democrática e por mostrar à restante classe trabalhadora como podemos acabar com o genocídio: com um movimento de massas fazendo uso dos nossos métodos de classe, as greves e ocupações.

Como tal, a repressão sofrida por estes

estudantes foi brutal. Acusando-os de antisemitismo, o próprio Congresso estado-unidense elaborou legislação para criminalizar os acampamentos e, pela primeira vez desde 1968, a polícia foi chamada aos campus para expulsar os estudantes em ocupação. Nessa tarefa, tiveram a ajuda de contra-protestos sionistas e dos frat boys — os estudantes que moram nas fraternidades das universidades — como autênticas forças paramilitares fascistas, para os ajudar a desmantelar o acampamento e reprimir os seus colegas.

Apesar da repressão, alguns acampamentos continuam, e o seu impacto é palpável: várias universidades acederam a exigências para conseguir conter os protestos e, na sociedade geral, a conscientização perante os crimes israelitas cresce a cada dia. As táticas de organização aprendidas durante esta experiência manter-se-ão e poderão ser as bases para, no futuro, se erguerem movimentos estudantis ainda mais fortes e duradouros.

As ocupas chegam a Portugal

O movimento estudantil a decorrer pelo mundo rapidamente inspiraria os estudantes portugueses a levarem a cabo a luta nas suas próprias universidades. Ao longo do mês de abril, conversas e planos começaram a desenvolver-se, culminando, a 7 de maio, com

a ocupação de um corredor na Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa (FPUL). Esta ocupação foi levada a cabo pelos Estudantes Pela Justiça na Palestina e pela Greve Climática Estudantil, juntando-se na palavra de ordem “Fim ao Genocídio e Fim ao Fossil”.

Imediatamente, o apelo da existência de um espaço estudantil ocupado, erguido em solidariedade para com o povo palestino, fez-se sentir: dezenas de pessoas participaram, a cada dia, nas assembleias convocadas pelos estudantes em ocupação, demonstrando a sua vontade de participar no movimento e em vê-lo crescer, aprofundar-se e espalhar-se.

A força dessa solidariedade ficou demonstrada na noite de 9 para 10 de maio, quando a direção da faculdade chamou a polícia contra os seus próprios estudantes, usando motivos espúrios para desmantelar violentamente a ocupação. Perante o apelo, feito já durante a noite, quando a polícia chegara, dezenas de pessoas correram à faculdade, para participarem na resistência contra o despejo da ocupa, e quando a polícia tentou levar os estudantes detidos para a esquadra, enfrentaram um bloqueio popular, que ocupou a estrada, e que teve de ser desmobilizado à força de uma carga policial de selvática violência.

Longe de desanimar, o movimento estudantil mobilizou-se para continuar a onda de ocupações. Logo no dia seguinte, à porta da FPUL, onde a ocupação tinha

sido continuada, reuniu-se uma assembleia muito atendida, na qual participaram pessoas racializadas, imigrantes, pessoas queer e várias outras, que vieram em solidariedade com os estudantes nesta sua luta. E na semana seguinte, duas novas ocupações começariam em Lisboa, uma na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) e outra na Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa (FBAUL).

Foi também nessa semana, no final da tarde de quinta-feira, 16 de maio, que se ergueu a primeira ocupa no Porto, na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP). Esta ocupa concretizou-se depois de um processo de assembleias estudantis, que levaram à preparação de um caderno de reivindicações que detalhava minuciosamente os laços que tinham sido descobertos entre a Universidade do Porto e instituições israelitas, laços que os estudantes exigiam ver cortados.

A reação da direção não se fez esperar: a 20 de maio, chamaram a polícia para despejar os estudantes que, perante a ameaça da repressão policial, se barricaram dentro de um edifício da FCUP, resistindo de lá contra o embate policial. Na rua, uma mobilização de estudantes, pessoal docente e outros aliados da sua causa reuniram-se, colocando pressão sobre a polícia. Este impasse duraria até à primeira hora da manhã quando, por decisão própria, os estudantes barricados na faculdade decidiram abandonar o edifício pacificamente, tendo já demonstrado a força da sua resistência essa noite.

A Ocupa na FCUP é um sucesso! A JUVENTUDE EM LUTA MARCA O CAMINHO!

Sindicato de Estudantes e Esquerda Revolucionária

Ao final da tarde de quinta-feira, dia 16, dezenas de estudantes da Universidade do Porto votaram, em assembleia, a ocupação do espaço do Departamento de Ciência de Computadores, na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Esta mobilização faz parte da onda de ocupações que vemos tomar lugar por todo o mundo na luta contra o genocídio do povo palestino. Tanto o Governo português como a Reitoria da Universidade do Porto já deixaram claro que não têm intenções de cortar relações com Israel — posicionam-se ao lado dos genocidas! Se as manifestações que encheram as ruas com milhares de estudantes e trabalhadores não foram suficientes para levar ao corte das relações diplomáticas e económicas com o estado genocida de Israel, forçam-nos a dar o passo em frente.

Não vamos ser cúmplices deste genocídio!

Mais de 40.000 pessoas assassinadas, 80% da rede de saúde, hospitais e universidades destruídas e 60% das casas da Faixa de Gaza arrasadas, ao qual se junta uma fome brutal que atinge praticamente toda a população: eis o saldo da política fascista de Netanyahu, apoiada pelos governos europeus e norte-americano. Desde a Ocupa dizemos bem alto: Não em nosso nome! Só a solidariedade internacionalista pode parar a matança e não descansamos até que as relações com Israel sejam cortadas e a Universidade do Porto se

posicione publicamente contra o genocídio. Somos nós a grande maioria nos nossos centros de estudo, temos o direito a decidir sobre as políticas destes.

O movimento que estamos a construir é o caminho! A nossa organização em assembleias democráticas, a constituição dos diferentes grupos de trabalho, a busca de apoio nos estudantes e trabalhadores que não conseguem estar presentes na ocupação: aqui está a nossa força. A Direção da FCUP pode tentar as manobras que quiser: estudantes unidos jamais serão vencidos!

Contra as manobras da Direção, organização e luta!

Depois da Direção mandar encerrar um espaço que tipicamente fica aberto 24 horas alegando “falta de condições” — quando a nossa ocupa já decorria fora do espaço e garantindo que não impediamos o estudo a nenhum dos estudantes no interior do edifício — demonstrámos novamente a força que temos quando nos organizamos. Perante a clara manobra de tentar colocar os estudantes que estavam do interior contra os estudantes que estavam do lado de fora, rapidamente nos organizámos para denunciar publicamente este estratagem!

Uma vez mais a Direção da FCUP demonstrou estar contra os estudantes e do lado dos genocidas, tentando reprimir o nosso direito ao protesto!

As ocupações alastraram-se também às Universidades de Coimbra, a 22 de maio — onde o acampamento persiste —, e do Minho, a 28 de maio.

Este movimento representa um corte completo com o que tem sido o movimento estudantil das últimas décadas, frequentemente dominado por Associações de Estudantes que não passam de comissões organizadoras de festas, mesmo quando controladas por juventudes de partidos de esquerda. Nestas ocupações as assembleias diárias garantiam um espaço democrático de discussão e construção dos acampamentos e de outros eventos de defesa dos direitos dos estudantes, como a preparação das Marchas de Orgulho das suas cidades.

É preciso continuar o movimento!

O fim dos exames não será o fim deste movimento estudantil. Esta onda de ocupações foi uma lufada de ar fresco nos pulmões dos estudantes que se querem organizar. Os laços que se construíram ao longo deste período e as lições que foram tiradas não serão perdidas.

Chega agora a altura de passarmos para a próxima fase: uma fase de reorganização, de construção e de preparação, para que no próximo semestre, possamos construir um movimento que consiga chegar mais longe, ir mais alto e ser mais duradouro, mais desafiante e combativo.



Toda a força à Ocupação!

Este é o caminho! A nossa organização através das assembleias e dos grupos de trabalho e a unidade na ação têm sido chave no sucesso da Ocupa. O crescimento das nossas fileiras ao longo do dia de hoje é também uma demonstração do sucesso da nossa mobilização. As discussões políticas e a partilha de experiências de luta têm sido valiosíssimas para o nosso crescimento.

Os camaradas do Sindicato de Estudantes e da Esquerda Revolucionária participam desde

E essa organização tem de começar já. É imperativo que comecemos agora esse trabalho para recomermos em força no início do próximo ano lectivo.

Em todas as ocupações, nas várias cidades do país, há estudantes que querem dar esse passo em frente. Que se querem organizar, que se querem preparar, para construir algo mais forte. Nalguns pontos do país, esse movimento está mais forte do que outros, mas ainda é possível construí-lo em todas as faculdades e escolas.

O Sindicato de Estudantes propõe-se a fazer parte dessa construção, e convidamos todos os estudantes a juntarem-se ao movimento. Pela frente temos a construção de um movimento estudantil forte, duradouro, coerente, e capaz de impactar positivamente a luta de classes em Portugal.

Junta-te a nós nessa construção!

a primeira hora nesta ocupação e chamamos todos os estudantes, universitários ou não, e todos os trabalhadores a participarem no movimento. Só assim pararemos a carnificina!

Abaixo o genocídio sionista!

Pelo corte de todas as relações com o Estado de Israel e todas as suas instituições!

Viva a luta do povo palestino!

IMPERIALISMO, A FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO

Um clássico do socialismo de extrema atualidade.

Miriam Mucio
Comissão Executiva da Izquierda
Revolucionaria (Estado espanhol)

O fenómeno do imperialismo do ponto de vista marxista, a sua base material, as suas consequências políticas e militares, na luta de classes e nas relações internacionais, a sua influência na degeneração da esquerda reformista, foi objecto de um estudo exaustivo por parte de Lenin. E o culminar deste esforço teórico, que permitiu armar os comunistas internacionalistas da época, foi precisamente o *Imperialismo, a fase superior do capitalismo*.

A obra foi escrita em Zurique, na primavera de 1916, e tornou-se um clássico do socialismo científico por si só, uma bússola que não só nos ajuda a compreender as forças que desencadearam a Grande Guerra, mas também ajuda a orientar-nos pelos caminhos da disputa actualmente travada pela supremacia mundial.

Oferendo uma visão geral do desenvolvimento da economia mundial e das relações turbulentas entre as principais potências capitalistas da época, Lenin lança luz sobre a essência do imperialismo, do chauvinismo como arma política das classes dominantes, e da capitulação social-patriótica dos líderes sociais-democratas da Segunda Internacional, que passaram com armas e bagagem para o lado da burguesia.

Com esta nova edição, coincidindo com o centenário da morte do revolucionário russo, não queremos apenas reivindicar as suas ideias centrais, mas especialmente destacar a incrível atualidade que têm e a utilidade do seu método para compreender o turbulento momento histórico em que vivemos.

“Sob o capitalismo”, escreveu Lenin, “é inconcebível uma distribuição de esferas de influência, de interesses, de colónias, etc., a não ser pela força daqueles que nela participam, pela força económica, financeira, militar, etc. E a força daqueles que participam na divisão muda de forma desigual, uma vez que o desenvolvimento harmonioso das diferentes empresas, *trusts*, ramos industriais e países é impossível em capitalismo. Há meio século, a Alemanha era uma insignificância comparada com a Grã-Bretanha: o mesmo pode ser dito quando comparamos o Japão com a Rússia. Será concebível que dentro de dez ou vinte anos a correlação de forças entre as potências imperialistas permaneça inalterada? É absolutamente inconcebível.”

Marx, Engels, Lenin, Rosa Luxemburgo e Trotsky prestaram a maior atenção às mudanças no equilíbrio de forças mundial, especialmente àquelas que indicavam transformações decisivas na disputa interimperialis-

ta. E não o fizeram por mera erudição, mas pelas implicações e consequências destes fenómenos na luta de classes internacional.

Analisaram o crescimento da economia alemã, especialmente a Guerra Franco-Prussiana e a derrota da Comuna de Paris. Estes últimos acontecimentos, que forjaram o espírito da Primeira Internacional e de toda uma geração de revolucionários, abriram as portas à unificação alemã sob Bismarck e ao desenvolvimento exponencial da sua indústria, das suas finanças, do seu comércio e do seu apetite imperialista.

O desenvolvimento desigual das economias nacionais da Alemanha, França e Grã-Bretanha, e as contradições que gerou na luta pela hegemonia do mercado mundial e das colónias, conduziram à Grande Guerra. O mesmo aconteceu com o estabelecimento dos Estados Unidos da América como potência dominante frente à Grã-Bretanha, processo que foi fortemente observado no final da Primeira Guerra Mundial e que se consolidou definitivamente durante a Segunda Guerra Mundial.

Um princípio do método marxista é ser concreto e avaliar as tendências subjacentes e dominantes em cada momento histórico, como assinalou Lenin. Uma leitura do imperialismo ao abrigo das atuais contradições interimperialistas leva-nos a uma conclusão: a China completou, de forma acelerada e em muito pouco tempo, etapas que levaram décadas noutras nações. Este progresso não foi apenas quantitativo, mas qualitativo, até se tornar uma potência imperialista capaz de desafiar a supremacia estado-unidense em áreas económicas e geoestratégicas decisivas. É um pólo imperialista em ascensão que atrai outras potências regionais que observam como os Estados Unidos da América são um foco de desestabilização permanente.

Este equilíbrio de forças não é coincidência. Uma possível causa primária é o crescimento colossal das forças produtivas chinesas num período de crise generalizada do capitalismo ocidental que explica esta transformação, e com a influência de fatores económicos e políticos. A consolidação de um sistema peculiar de capitalismo de Estado na China tornou-se uma vantagem, pelo menos temporária, sobre os seus concorrentes.

É evidente que o poder norte-americano apresenta fragilidades orgânicas e um grande cansaço. Isto não é uma perda de influência conjuntural, mas sim um processo muito mais profundo. A China registou um avanço durante a Grande Recessão de 2008 e a crise da Covid-19, mas a guerra na Ucrânia e o genocídio sio-

nista em Gaza realçaram ainda mais a verdadeira dimensão do conflito entre os dois blocos imperialistas liderados pela China e pelos EUA, tornando mais óbvio o declínio do imperialismo ocidental.

O confronto atingiu um nível tão crítico que teríamos que voltar à Segunda Guerra Mundial para encontrar um cenário semelhante. A imagem do mundo lembra a de um monstro que vomita violência irracional caminhando para a autodestruição. Mas não é a humanidade, em abstrato, a responsável por isso. Esta barbárie é filha legítima do sistema capitalista. Daí a importância, então como agora, de compreender como funciona.

Concentração e monopólios

No limiar do século XX, ao analisar os novos elementos que iam surgindo e configurando a economia capitalista, Lenin assinala que o mais importante é a substituição da concorrência pelo monopólio.

Na concepção idealizada do seu próprio sistema pelos economistas burgueses, a “livre concorrência” era uma “lei natural” e imutável. Porém, precisamente graças ao desenvolvimento acelerado das forças produtivas que a concorrência implica, ocorre uma enorme concentração da produção (processo em que as pequenas empresas são engolidas pelas grandes, os investimentos necessários para permanecer no mercado são cada vez maiores, etc.) o que, inevitavelmente, leva ao monopólio.

Os tipos de monopólio são muito diversos (*cartéis*, *trusts*, *holdings* ou sociedades combinadas), mas o fundamental é que quando ramo produtivo é controlado por um número suficientemente pequeno de empresas, que estas estejam em condições de acordar (e impor ao resto) a quantidade de produção, os preços, a distribuição dos mercados, etc.: «Já não estamos perante uma luta competitiva entre grandes e pequenas empresas, entre

empresas tecnicamente atrasadas e empresas tecnicamente avançadas, mas antes a assistir ao estrangulamento pelos monopolistas de todos aqueles que não se submetem ao monopólio”.

Outra característica chave da fase imperialista é o papel hegemónico do capital financeiro, que atinge atualmente a sua expressão mais extrema. Os bancos deixam de desempenhar o papel de meros intermediários nos pagamentos para se tornarem, através de um processo de concentração bancária, monopólios “que têm à sua disposição não só quase todo o capital monetário de todos os capitalistas e pequenos empresários, como também a maior parte dos meios de produção e fontes de matérias-primas de um ou mais países”.

Desta forma podem conhecer, controlar e decidir (com a sua política de crédito, por exemplo) “as operações comerciais e industriais de toda a sociedade”. Há, então, a formação de uma oligarquia financeira que surge “de uma ligação pessoal entre os bancos e as maiores empresas industriais e comerciais, da fusão de um e de outro através da aquisição de ações, através da entrada de administradores de bancos nos conselhos de administração de empresas industriais e comerciais, e vice-versa”.

Além disso, os interesses do capital financeiro são defendidos e representados pelos vários governos capitalistas, que são apenas meros peões nas suas mãos: «o “vínculo pessoal” entre a banca e a indústria complementa-se com o “vínculo pessoal” de ambos com o governo». Lenin cita com muita precisão um economista burguês da época: “Os cargos nos conselhos de administração são voluntariamente confiados a personalidades de renome, bem como a ex-funcionários do Estado, que podem facilitar consideravelmente as relações com as autoridades”. Esta descrição não poderia ser mais atual.

A divisão do mundo pelas potências

A existência de monopólios como base fundamental do sistema e o domínio do capital financeiro implicam, também, outra mudança nas características do capitalismo e a sua transformação em imperialismo. Devido à acumulação de capital em proporções gigantescas, é gerado um enorme “excedente de capital” nos países mais desenvolvidos. Para poder convertê-lo em lucros, a exportação de capitais é indispensável.

Nas palavras de Lenin: «a necessidade de exportar capital responde ao facto de, em alguns países, o capitalismo já estar “demasiado maduro” e o capital [...] não conseguir encontrar espaço para investimentos “rentáveis”». Embora a troca de mercadorias não desapareça, “o que caracterizou o antigo capitalismo, quando a livre concorrência dominava completamente, foi a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, onde prevalece o monopólio, é a exportação de capital”.

Estas são as bases económicas que levam a uma luta implacável pela divisão do mundo entre as diferentes potências, incluindo obviamente os mais sangrentos conflitos militares.

Embora no início do século XX não existissem novos territórios susceptíveis de serem colonizados, Lenin sublinha que, precisamente por isso, a disputa entre os países imperialistas agravou-se já que «no futuro só há espaço para novas divisões, isto é, a mudança de “dono” de um território, e não a passagem de um território sem dono para um “dono”».



Assim, as guerras imperialistas, a corrida ao armamento, a opressão nacional, a ascensão de tendências autoritárias e bonapartistas, e a justificação política do militarismo através do nacionalismo burguês são características essenciais do capitalismo monopolista, e não características opcionais ou dispensáveis do sistema.

Contra a revisão do marxismo

Uma parte do livro é dedicada a combater Kautsky e a sua teoria do “ultra-imperialismo”, uma nova fase em que se alcançaria a fusão de todos os monopólios e imperialismos num só e em que, portanto, as guerras seriam desnecessárias, permitindo a estabilização do sistema. Com esta linha de pensamento, a necessidade da revolução socialista desaparece abruptamente.

Kautsky também afirmou que o imperialismo era o método “preferido” de dominação pelo capital financeiro, e não o único possível. Lenin refuta frontalmente esta abordagem, descrevendo-a como uma ruptura total com a teoria e a prática marxistas.

O *kautskismo* foi a expressão teórica da rendição à burguesia e ao imperialismo. Lenin explica que os monopólios não suprimem absolutamente a concorrência, mas antes “existem acima e ao lado dela, gerando assim contradições, fricções e conflitos agudos e intensos”.

Precisamente numa economia mundial dominada por monopólios e capital financeiro, apoiada pelos seus respectivos Estados, a concorrência torna-se muito mais destrutiva e feroz. Torna-se, até, uma ameaça à sobrevivência da vida no planeta, como vemos com as consequências devastadoras das alterações climáticas, e como demonstram as duas guerras mundiais, as intermináveis guerras locais e regionais que não pararam de ocorrer e que se agravaram no século XXI, como observamos em muitos países, desde o Afeganistão, Iraque, Síria, Líbano, Sudão... até à actual guerra imperialista na Ucrânia ou ao massacre em Gaza, permitido e patrocinado pelos EUA e pelos diferentes governos da União Europeia.

«O capital financeiro e os *trusts* não es-

tão a diminuir, e as diferenças no ritmo de crescimento das várias partes da economia mundial estão a aumentar. E uma vez que a correlação de forças tenha mudado, que outros meios existem, sob o capitalismo, para resolver as contradições além da força? (...) que outros meios além da guerra podem existir sob o capitalismo para eliminar as discrepâncias existentes entre o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capital, por um lado, e a repartição das colónias e “esferas de influência” entre capital financeiro, por outro?» Assim expõe Lenin com clareza nesta obra.

Uma fase de declínio e transição

Uma ideia percorre por todo o texto: o imperialismo é uma fase peculiar e decadente do capitalismo. E nesta fase de capitalismo parasitário ou decadente, como descreve Lenin, a obtenção de lucros através da especulação assume um peso predominante.

Como se o livro tivesse sido escrito hoje, Lenin salienta que «a maior parte dos lucros vai para os “génios” da intriga financeira», que o mundo está dividido entre algumas potências credoras e uma maioria de países devedores, que, longe de promover o desenvolvimento dos países mais atrasados, a enorme acumulação de capital dos países imperialistas é utilizada para perpetuar a pobreza das massas e fortalecer as relações de dependência, condições necessárias para a sobrevivência do capitalismo; e, finalmente, que a desintegração social torna-se presente no próprio cerne do sistema.

Os números confirmam esta análise: um total de 258 milhões de pessoas em 58 países sofreram de insegurança alimentar aguda em 2022 e necessitaram de ajuda urgente, mais 65 milhões do que em 2021. Mas o que importa a fome e a pobreza, se os lucros para as empresas e o setor bancário quebraram todos os recordes em 2022 e o mesmo em 2023?

A concentração e a monopolização do capital atingiram um nível sem precedentes, paralelamente às contra-reformas sociais. Estas são as condições que alimentam a polarização económica, social e política sofrida pelas grandes potências ocidentais desde o início da Grande Recessão de 2008.

São visíveis as consequências da injeção de enormes quantias de dinheiro público para salvar os bancos e os grandes monopólios capitalistas. Apenas uma pequena parte desse capital acabou na economia real, enquanto a maior parte foi dedicada à especulação financeira no mercado de dívida e à recompra de ações, aumentando a bolha especulativa e inflacionária.

Em suma, o domínio desta oligarquia parastatária, longe de trazer mais estabilidade ao sistema, acentua o seu caos. Os interesses particulares de uma minoria insultuosamente rica arrastam a maioria da sociedade, e as próprias forças produtivas, para uma situação catastrófica. Lenin assinala que, na fase imperialista, a contradição fundamental do sistema — aquela entre o carácter social da produção e a apropriação individual dos lucros — é ainda mais exacerbada e, recordando as ideias fundamentais de Marx e Engels, explica que “as relações entre a economia e a propriedade privada constituem um invólucro que não corresponde já ao conteúdo”, isto é, ao desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas.

Mas Lenin não aborda as suas críticas de uma perspectiva fatalista. Precisamente, outra característica fundamental do imperialismo é que é uma fase de transição “para uma nova ordem social” entre a “concorrência livre total”, característica do capitalismo na sua fase inicial, e a “socialização completa”, isto é, para um sistema socialista.

Assim, a autêntica superação desta etapa não se dará a voltar atrás na história, rumo a um suposto e inexistente capitalismo de rosto humano, que hoje e já naquela época defenderam os dirigentes pequeno-burgueses e oportunistas, mas com a expropriação dos meios de produção para organizá-los com o objetivo de satisfazer as necessidades da grande maioria da sociedade.

Logicamente, esta transição não é automática, mas requer uma organização consistente, a construção de um partido comunista revolucionário com apoio real no movimento dos trabalhadores e ação direta das massas oprimidas para pôr fim à dominação da sociedade pelos capitalistas através da revolução socialista.

Contra a ameaça da extrema-direita: ORGULHO REVOLUCIONÁRIO E ANTICAPITALISTA!

Livres e Combativas

A Marcha do Orgulho LGBTI+ deste ano acontece num contexto nacional e internacional preocupante. O avanço da extrema-direita em Portugal e na Europa e o genocídio sionista na Faixa de Gaza colocam desafios extra ao nosso movimento e a todas as pessoas queer.

A eleição de 50 fascistas para o Parlamento português irá aprofundar a tendência de aumento da violência contra pessoas queer dos últimos anos. Ofensas e ataques a casais queer no espaço público estão a tornar-se episódios quotidianos da nossa vivência. Os fascistas e machistas sentem-se impunes e encorajados para nos ofenderem ou atacarem simplesmente se passeamos na rua de mão dada ou se nos vestimos de determinada maneira.

As ofensas acontecem em todo o lado: em casa, no trabalho, na escola, no espaço público e digital. O discurso de ódio e o bullying *online* aumentou exponencialmente, mais 185% face ao ano passado, atingindo sobretudo a juventude queer e deixando marcas para a vida.

Se os machistas e queerfóbicos são os primeiros a atacar-nos, o Estado, as suas instituições e os seus funcionários são quem sanciona a violência e nada fazem para nos proteger. Antes pelo contrário! Quantas e quantas vezes as pessoas queer são violentadas às mãos da polícia, que ignora as nossas denúncias ou participa ela própria nos abusos e ofensas? E o cenário piora ainda mais se forem pessoas queer e imigrantes ou racializadas, que são um alvo preferencial da violência da extrema-direita.

Igualmente no acesso a cuidados de saúde inclusivos, a habitação ou a apoio social, as pessoas queer são discriminadas. Sofre-

mos abusos de profissionais de saúde homofóbicos ou sem preparação; sofremos recusas ou abusos de senhorios e da nossa própria família, indo parar a situação de sem-abrigo. Dados da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia apontam que entre 20 a 40% das pessoas sem-abrigo na Europa pertençam à comunidade LGBTI+, e que um terço da juventude queer já passou, em algum momento, por uma situação de sem-abrigo. E quando confrontados com a pobreza somos novamente discriminados porque, cada vez mais, o apoio social é deixado à caridade de instituições religiosas que se recusam a acolher pessoas queer ou mesmo a ajudar-nos.

Neste mês do Orgulho temos de gritar bem alto que não voltaremos para o armário! Quem terá de se esconder são todos os machistas, fascistas e racistas!

Não em nosso nome. Abaixo o Estado sionista e o *pinkwashing*!

Os protestos em solidariedade com o povo palestino que têm surgido pelo mundo têm contado com a presença de pessoas e grupos de todos os setores marginalizados da sociedade capitalista. Isso inclui também as pessoas queer que, devido à nossa solidariedade, temos vindo a ser particularmente atacadas pelos grupos homofóbicos que, nos nossos países, são quem mais ardentemente defende o genocídio que Israel comete contra o povo palestino.

A história da solidariedade dos coletivos queer internacionalistas para com o povo palestino data de há já duas décadas, quando Israel levou a cabo uma campanha de *marketing*, para se tentar promover, na imprensa ocidental, como um antro progressista e democrático num Médio Oriente regressivo e autocrático. Era o início do mito de “Israel: a única democracia no Médio

Oriente” e também do *pinkwashing*.

Israel não é a capital queer do Médio Oriente. É a capital do *pinkwashing*, do capitalismo rosa, que se veste de progressista para lucrar à custa da nossa identidade ao mesmo tempo que assassina milhares de palestinos e explora ferozmente a classe trabalhadora queer, corroendo o nosso movimento. Não há maneira de nos solidarizarmos com tal Estado.

Também em Portugal devemos recusar todas as tentativas de *pinkwashing* que se verificam, ano após ano, na Marcha do Orgulho que abre as portas aos nossos exploradores, aos senhorios que nos despejam e a empresas que, durante o mês de junho, põe uma máscara arco-íris e fingem preocupar-se com as nossas vidas.

Um exemplo particularmente hediondo é que o Arraial de Orgulho em Lisboa aceite consistentemente ser patrocinado pelo Idealista, uma empresa de imobiliário que representa toda a exploração habitacional que sofremos. Não existe orgulho na especulação imobiliária e não existe orgulho no capitalismo.

Precisamos de um Orgulho combativo, revolucionário e anticapitalista

A classe trabalhadora queer e, em particular, a juventude, têm estado na mira dos principais ataques dos Estados capitalistas e da extrema-direita. Para nós, nas Livres e Combativas, a explicação é clara: porque o nosso movimento e emancipação ameaça os alicerces do sistema capitalista e assusta a classe dominante.

Por todo o Mundo, o movimento LGBTI+ e feminista tem avançado, não apenas contra as medidas que nos afetam direta-

mente, mas também em solidariedade com outros movimentos como o anti-racista e contra o genocídio em Gaza. A nossa força vem da união e da solidariedade.

Mas não de união com todos e qualquer um. É preciso um movimento LGBTI+ que recuse alianças com os nossos exploradores. Os nossos aliados são aqueles que lutam e defendem uma habitação acessível para todos e um SNS e escola pública inclusivos e que não discriminem pessoas queer, em particular pessoas trans e não-binárias. É preciso transformar a Marcha do Orgulho numa manifestação política que celebre a nossa diversidade, mas também que seja um espaço em que gritamos bem alto contra todos aqueles que nos querem “converter”, os que nos atacam e os que nos querem obrigar a ser algo que não somos.

Para efetivarmos os direitos conquistados na última década precisamos de ir mais longe no nosso movimento, precisamos de nos organizar contra o sistema. É preciso recuperar o espírito da revolta de Stonewall e construir um Orgulho combativo, revolucionário e anticapitalista. Precisamos de imprimir um carácter de classe ao nosso movimento, que recuse o assimilacionismo a este sistema opressor. Que defenda uma verdadeira emancipação e autodeterminação individual de todas as pessoas queer, mas também uma emancipação social e colectiva para as pessoas queer de classe trabalhadora e exploradas.

Queremos ser o que somos!

Por um movimento LGBT combativo, revolucionário e anticapitalista!

**ESQUERDA
REVOLUCIONÁRIA**

Junta-te à **ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA** e constrói connosco para as forças do comunismo revolucionário!

www.esquerdarevolucionaria.net • geral@esquerdarevolucionaria.net

[T](#)/[I](#)/[T](#) @EsqRevPT • [T](#)/[I](#)/[T](#) @LivCombat • [T](#)/[I](#)/[T](#) @SindEstud

